

## **CURRÍCULO: Indagações e reflexões crítico discursivas sobre diversidade étnica e suas relações com a Lei n. 10.639/2003**

Autor: Prof. MS. Doutorando Dayvison Bandeira de Moura

*Universidad Americana – UA – PY/SEDUC-PE*

[analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com](mailto:analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Monteiro

*Universidad Americana – UA – PY*

[mariahmoposil\\_@hotmail.com](mailto:mariahmoposil_@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo corresponde a um recorte da análise dos dados e dos recortes que compuseram a dissertação, apresentada na Universidade Americana em Asunción-PY, em janeiro de 2016, cujo título também identifica esse artigo. Nela foi desenvolvida a identificação, definição e reflexões sobre a presença de itens lexicais com ocorrência polissêmica, que gerassem implicações quanto à relação entre significado e sentido, afetando o conteúdo da lei 10.639/03, quando dispõe sobre o currículo, e a adoção de estudos étnicos sobre os afrodescendentes. Assim, a pesquisa adotou a teoria dos Aparelhos de Estado de Althusser, concernente ao (AEI). Escolar. Já, a epistemologia, correspondeu ao Materialismo Histórico Dialético. No tocante à metodologia, a coleta e análise de dados, foi adotada a perspectiva de Bardin. A técnica, utilizada foi a Análise Crítica do Discurso – ACD, segundo “Dijk”. De maneira que foi constatado a polissemia quanto à manifestação dos itens lexicais: negro (s), negra, cultura, cultural nos textos legais, componentes do corpus. Este fato acarretou a alusão a significados e sentidos que aludem à interdiscursos e ideologias produtores de estereótipos. Dentre as conclusões, a de que deveria haver uma maior incidência do item lexical etnia em lugar da recorrência aos itens analisados. Tendo em vista, que a palavra etnia (s), étnico (s), etnicidade, engloba cultura (s), bem como, grupos humanos. Fato que, apresenta a diferença, como algo comum a todos, representando a igualdade estes e suas civilizações.

Palavras-chave: Currículo, Indagações, Etnia, Ideologia.

## Introdução

Frente à necessidade de definir o que está envolvido em estudar o Continente Africano, suas etnias e suas culturas a Dissertação intitulada: **CURRÍCULO: Indagações e reflexões crítico discursivas sobre diversidade étnica e suas relações com a Lei n. 10.639/2003 foi realizada.**

Isto porque a existência de posições contrária e a favor são frequentes, colocando de um lado aqueles que acreditam ser a adoção de estudos afrocentrado como um mecanismo de reparação, combate à histórica produção de estereótipos que tanto aviltaram e ainda aviltam a dignidade humana de africanos ou de afro-brasileiros. Na ótica desses, esta postura reitera preconceitos e discriminações, cerceando a inclusão dos vitimados de inúmeras maneiras nos modelos de sociedade assinalados no Brasil desde à sua formação até o presente. O que requer uma posição consistente para instituir uma nova cultura educativa formal e informal que suplante à cultura discriminatória naturalizada no país por inúmeras pessoas.

Por outro lado, há os que acreditam que a adoção de estudos sobre a África, seus povos, costumes e tradições acaba dando prevalência a um racismo às avessas. Já que, em tese, essa ênfase ao valor da dignidade negra, poderia acabar interferindo em olhar de supremacia negra em detrimento da branca. Alguns chegam a afirmar o próprio princípio de igualdade consolidado na Constituição Federal da República Federativa do Brasil estaria sendo desrespeitada. Logo, não haveria porque haver a adoção de estudos africanos em face do argumento de que seriam alimentados mais conflitos. Portanto, não caberia à escola dar prioridade a estudos de uma etnia, já que isso propiciaria um tratamento desigual, beneficiando uns e prejudicando outros.

É possível perceber: estudos sobre a África, sua gente, o reconhecimento de suas histórias, civilizações e culturas têm promovido tensões sobre a sua adoção no currículo escolar. Daí porque optou-se nesse artigo desenvolver **um recorte da pesquisa documental** que envolveu a dissertação supramencionada, se justifica em razão de poder associá-lo a adoção de gêneros textuais em aulas do componente curricular: Língua Portuguesa a fim de vislumbrar estudos que norteiem o planejamento da ação didática, observando às determinações presentes nas Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais (2004/2013), fruto dos esforços do MEC/BR.

Explicita-se então, objetivo geral: Analisar a presença de indagações e reflexões crítico discursivas sobre diversidade étnica e suas relações no currículo brasileiro, para a o seu cumprimento, nas escolas, e, por parte da disciplina de Língua Portuguesa, a partir da Lei 10.639/03. Dentre os objetivos específicos, o número 1.0: **Definir** que itens lexicais correspondem a conceitos polissêmicos a respeito de diferentes aspectos étnico-raciais pertinentes

às concepções de Estado reprodutivista. No que concerne ao objetivo de número 4: **Explicar** de que maneira o sentido do texto legal, o corpus, é subvertido permitindo diferentes interpretações que geram problemas para a correta aplicação das disposições legais, concernentes à lei 9394/06 - LDB, bem como aos adendos decorrentes pela lei 10.639/03 - Lei de Igualdade Racial. Já no que diz respeito ao objetivo de número 5. 0: **Esclarecer** os problemas discursivos decorrentes de interdiscursos podem gerar ambiguidades que podem comprometer a compreensão de currículo advinda da lei 10.639/03 e, por conseguinte, o Estatuto da Igualdade Racial, em âmbito educacional;

Vale ressaltar que a dissertação já citada comprometeu-se em reconhecer a presença de itens lexicais polissêmicos que pudesse promover uma imprecisão quanto aos significados e sentidos decorrentes dos elementos presentes em sintagmas que velam pelo conceito legal que devem emanar. O que poderia estar ligado a confusões e divisões de opinião quanto ao que de fato está preconizado pela lei 10.639/03. Havendo, portanto, uma necessidade de contextualização a fim de que seja possível precisar transposições didático-teóricas em âmbito curricular que incidem diretamente, no currículo propedêutico, aqui em especial, será evocado parâmetros norteadores para a ação docente de Língua Portuguesa. Fato que compromete esse estudo ao grupo de estudo comprometido com a formação docente, neste evento realizado na Universidade Federal de Campina Grande, no dia 27 de abril de 2017.

#### Metodologia

A metodologia empregada fora a pesquisa documental (POUPART, 2008), com abordagem qualitativa, a associando à Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), e a técnica a Análise Crítica do Discurso (ACD), tecido por Teun Van Dijk (2008). Já a teoria norteadora fora: os Aparelhos de/do Estado de Althusser (1970), no plano epistemológico o Materialismo Histórico Dialético. Os documentos selecionados foram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 Artigos 26 e 26-A e a Lei 10.639/03 configurando um corpus de texto, que foram analisados por meio de grelhas.

A Análise de Conteúdo deu-se da seguinte maneira: **A pré-análise; A leitura “flutuante” do corpus ponderando a Regra da exaustividade; a Regra da representatividade; a Regra da pertinência; a categorização e a decodificação.** Obedecidos esses procedimentos houve a sistematização por meio de (06), seis categorias: 1º Categoria<sup>1</sup>: **ITENS LEXICAIS** –

---

<sup>1</sup> As categorias em negrito serviram para enfronhar os recortes que fomentaram esse artigo. É prudente esclarecer apenas as análises mais relevantes serão dimensionadas neste artigo em virtude da amplitude que as mesmas estão associadas a dissertação na etapa de análise dos dados cap. 4.

**POLISSEMIA**; 2º Categoria: **CONCEPÇÕES DE ESTADO REPRODUTIVISTA**; 3º Categoria: **DISCURSOS MANIFESTOS**; 4º Categoria: **SIGNIFICADOS E SENTIDOS**; 5º Categoria: **SENTIDO E SUBVERSÃO**; 6º Categoria: **INTERDISCURSOS**.

## Resultados e Discussão

Utilizar-se-á a Análise Crítica do discurso<sup>2</sup> – ACD<sup>3</sup> – Van Dijk como técnica associando-a a análise de conteúdo.

Ao refletir-se nestas delimitações é possível perceber porque se evocou a linha de interpretação hermenêutico constitucional a fim de que pudesse dar um solo confiável à teoria, à epistemologia, e a relações com o componente curricular Língua Portuguesa. Haja vista que este está vinculado com estudos que encampam a Análise Linguística, a Literatura, a Produção de textos orais e escritos e a leitura. E isto desafia aos professores que formam profissionais para atender essas aspectos de estudos relacionando-os a perspectiva de gêneros textuais<sup>4</sup> literários<sup>5</sup> e não literários de maneira a instituir um modelo de prática profissional capaz não apenas de situar o papel dos interlocutores envolvidos, ambientes de circulação efeitos de sentido, questões éticas,

---

<sup>2</sup> [...] A ACD concentra-se principalmente nos *problemas sociais* e nas questões políticas, no lugar de paradigmas correntes e modismos.

A análise crítica de problemas sociais, empiricamente adequada, é normalmente *multidisciplinar*.

Em vez de meramente, *descrever* estruturas do discurso, a ACD procura *explicá-las* em termos de propriedades de interação social e especialmente de estrutura social.

A ACD enfoca, mais especificamente, os modos como as estruturas do discurso produzem, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam as relações de *poder* e de *dominação* na sociedade. (DIJK, 2008, p. 114-115)

<sup>3</sup> Fairclough e Wodak (1997, p. 271-80) sintetizam os principais fundamentos da ACD da seguinte maneira: 1) A ACD aborda problemas sociais; 2) As relações de poder são discursivas; 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) O discurso realiza um trabalho ideológico; 5) O discurso é histórico; 6) A relação entre texto e sociedade é mediada; 7) A análise do discurso é interpretativa e explanatória; 8) O discurso é uma forma de ação social. (FAIRCLOUGH; WODAK, 1997, p. 114-115).

<sup>4</sup> Assim, nas práticas de uso da língua, todos os textos se organizam como gêneros textuais típicos, que usamos para contextos determinados social e historicamente, a partir das estratégias interativas construídas na sociedade em que estamos inseridos. Tais práticas vão requerer gêneros específicos adequados àquele contexto comunicativo. Por exemplo não seria apropriado usar o gênero poema para informar o grande público sobre um acidente na estrada; nesse caso, as notícias e reportagens seriam gêneros mais pertinentes para cumprir a função [...] (SANTOS, 2007, 29)

<sup>5</sup> (...) o sentido do foi narrado – um fato, um gesto, um olhar, um lugar, uma repetição – ou do que foi sugerido por uma imagem poética – um ritmo, uma palavra, uma inversão sintática etc. Se o momento da leitura é o do deleite, do encantamento, da descoberta, da perplexidade, da inquietação; o momento posterior é da tentativa de compreensão e de explicação, a partir do texto, da experiência de leitura – que resulta numa interpretação. (PINHEIRO, 2011, p.19).

políticas envolvidas nesses processo<sup>6</sup>, mas também, atender aquilo que determina à LDB e por sua vez, à Lei 10.639/03 Artigos 26, e 26-A no que concerne a manifestar estudos sobre à África e suas etnias, sobretudo, em razão de sua presença e contribuições para a construção da identidade nacional brasileira. O que envolve contribuições linguísticas, a manutenção de suas identidades em face da resistência étnica para defender memórias e legados dos povos africanos presentes também, nos legados que se tornaram brasileiros.

Convém, entender que esta busca por identificação não representa tarefa fácil, em razão de tradições de formação com forte incidência da ideologia euro centrada (XAVIER, 1994, p. 28-36), que tem sido, há séculos, disseminada no currículo escolar (GONDRA, 2008, p.28-39; MOURA, 2016), como meio eficaz de persuadir os envolvidos com a formação escolar<sup>7</sup> a acreditar na supremacia das etnias brancas europeias. Para isto, o estudo prevalente da cultura letrada, de caráter grafo centrado ligado aos estudos literários canônicos<sup>8</sup> alimentaram a ideia de que apenas civilizações europeias seriam detentores de língua, linguagem, literatura, intelectualidade, desenvolvimento e cultura dignos de serem percebidos como modelos, como padrão a ser seguido pelos povos carentes de aculturação. Já que eram incivilizados, inferiores (SERRANO, 2010, p. 21-33), necessitando, portanto, da intervenção redentora de colonizadores que poderiam então, atenuar a condição “selvagem”, primitiva em que se encontravam os povos indígenas nas denominadas Américas e por sua vez, na África.

Esse modelo de raciocínio elide possibilidades de que as etnias negras dentro ou fora da África não sejam percebidas em face da singularidade que os estrutura enquanto seres humanos. A marca do escravismo tornou-se um estigma subalternizante.

---

<sup>6</sup> [...] o uso da língua ... [é] um tipo de ação social, moldada pelas estruturas sociais e práticas habituais de maior ou menor estabilidade e persistência. Na ação social, o produtor de texto molda a linguagem em texto-como-gênero. (KRESS, 2003, p.87, apud: MARCUSCHI, 2002).

<sup>7</sup> Passar forçosamente as pessoas através do túnel da educação formal significa fornecer a elas alguns parâmetros para reconhecer as posições sociais e fornecer um mapa da estratificação social com alguns diacríticos relevantes para o reconhecimento de quem é quem: um instrumento a mais para medir a desigualdade social. (GNERR, 1998, p. 30)

<sup>8</sup> O *corpus* de conhecimento constituído pela tradição clássica, não utilitário em sentido trivial, está associado com a virtude, com a sabedoria, com a respeitabilidade, características estas que constituem um amparo de legitimação para exercer o poder das decisões de alcance público. Também, a avaliação da quantidade de valor social atribuída a cada pessoa no sistema de seleção burocrática de massa é realizada por pessoas cuja posição foi legitimada por outra posição e assim, digamos uma cadeia de legitimações cuja história perdeu-se além do alcance da memória individual. (GNERR, 1998, p. 26-27).

Cabe, portanto, a estudos de Língua Portuguesa associarem à perspectiva de trabalho com os gêneros dar atenção à cultura de maneira que isso envolva um estudo diligente sobre a cultura<sup>9</sup> afrodescendente<sup>10</sup> a fim de quem não seja reiterado um olhar de estranhamento e estereótipos para continuar perenizando ações “monoculturais”, na escola. Desta feita, não se trata de realizar estudos contra os europeus ou, brancos, mas sim, a favor do reconhecimento da legitimidade da língua, linguagem, histórias, civilizações africanas. Dito de outro modo, que se dê primazia a diversidade cultural<sup>11</sup> que forma o mundo e não diferentemente, formou o Brasil, isso se liga especialmente, a vislumbrar a temática afrodescendente por suas inquestionáveis contribuições<sup>12</sup> e por sua presença contemporânea, logo parte de nossa identidade nacional. Carece de reorientação<sup>13</sup> o que é feito com os textos<sup>14</sup>, com estudos acerca da linguagem, seu caráter estilístico, semântico, lexical, imagético, estrutural. Mas, para tanto a formação docente assume função elucidativa e norteadora.

---

<sup>9</sup> (...) em nossas aulas, deste lado indagador, se transformássemos nossas aulas em momentos de apreciação e discussão dos textos, talvez, tivéssemos leitores mais efetivos do texto literário, alunos mais independentes, e a leitura literária seria um momento significativo de percepção da literatura como simbolização da cultura. (PINHEIRO, 2011, p. 22).

<sup>10</sup> (...). Romper o modelo de ensino da educação básica à superior que, no caso do Brasil, condiciona as culturas afro-brasileiras e indígenas a estereótipos ainda é uma luta que começou a ser travada com a aprovação de leis que tornam obrigatório o estudo dessas culturas e realidades. (LAIA, 2011, p. 111).

<sup>11</sup> (...) a diversidade, as diferenças e as desigualdades que configuram nossa formação social, política e cultural. Diversidades que os educadores e educandos levam para as escolas: sócio-étnico-racial, de gênero, de território, de geração etc. Ver a diversidade como um dado positivo, liberá-la de olhares preconceituosos; superar práticas classificatórias é uma indagação nuclear dos currículos. (MOREIRA, 2008, p. 12).

<sup>12</sup> (...) o papel dos movimentos sociais e culturais nas demandas em prol do respeito à diversidade no currículo. Tais movimentos indagam a sociedade como um todo e, enquanto sujeitos políticos, colocam em xeque a escola uniformizadora que tanto imperou em nosso sistema de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional e na elaboração de leis educacionais e diretrizes curriculares. (GOMES, 2008, p. 26).

<sup>13</sup> (...). Isso supõe uma ação ampla, fundamentada, planejada, sistemática e participada (das políticas públicas – federais, estaduais e municipais – dos professores como classe e de cada professor em particular), para que possa chegar a uma escola que cumpra, de fato, seu papel social de capacitação das pessoas para o exercício cada vez mais pleno e consciente de sua cidadania. (ANTUNES, 2003, p.33-34)

<sup>14</sup> Os textos coincidem ao pensar a educação, o conhecimento, a escola, o currículo a serviço de um projeto de sociedade democrática, justa e igualitária. (MOREIRA, 2008, p. 13).

Grelha<sup>15</sup> 1 - Codificação § 1º - Em relação ao objetivo específico nº 1 Unidades de registro:

Palavra, item lexical “negros,” “negra,” “ negro”/ “ a luta dos **negros** no Brasil,”/ “ a cultura **negra** brasileira” / “ o **negro** na formação da sociedade nacional”/ “ a contribuição do povo **negro**”

Tema: “ **incluirá** o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na **formação** da sociedade nacional, **resgatando** a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.”

Observem que as categorias lexicais em destaque apontam para polissemia quanto a uma generalização que decorre do uso da cor, do fenótipo. Em resultado disso, as instituições educacionais, secretarias de educação e professores, acabam não podendo dar enfoques folclóricos à temática. Também, não terem precisão a qual etnia dar ênfase, tal pouco como construir uma distribuição ao longo das unidades de estudo durante o ano letivo, sejam estes bimestres, semestres ou ciclos. A História da África também, está evocada como se esta fosse algo menor, e não um conjunto de histórias ligadas a um continente, berço da humanidade. Essa falta de precisão acaba cedendo espaço para olhares excessivos sobre o escravagismo, mais do que para a resistência étnico-cultural, abrindo precedente para a manutenção de estereótipos.

Na pesquisa documental realizada, isso foi entendido com base nas considerações das fontes secundárias como Marconi<sup>16</sup> (1986, p. 41) e Geertz<sup>17</sup> (1989, p. 55) quando se referem à existência de mais de 17º significados de cultura somente em antropologia cultural. Além é claro desses estarem fortemente ligados à ideologia eurocêntrica. Já e, sobretudo, em fontes primárias como as Diretrizes Étnico-Racial que norteia as relações étnico-raciais em âmbito curricular para redimensionar o planejamento e a ação docente, atendo à Lei 10.639/03.

---

<sup>15</sup> Preservou-se a expressão que atende à metodologia, mas, em razão do espaço exíguo, organizou-se os dados fora da grelha para que houvesse um melhor aproveitamento do espaço e, conseqüentemente, isso permitisse uma observação precisa realizada em parte dos dados analisados com base nos objetivos específicos definidos para os recortes apresentados neste artigo. Mas, é possível, acessar a dissertação no todo, no site da Universidade Americana, Asunción-PY.

<sup>16</sup> Para os antropólogos, a cultura tem significado amplo: engloba os modos comuns e aprendidos da vida, transmitidos pelos indivíduos e grupos, em sociedade. (MARCONI, 1986, p. 41).

<sup>17</sup> (...)pode ser que nas particularidades culturais dos povos - **nas suas esquisitices** - sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano. (GEERTZ, 1989, p. 55).

Outra Grelha ligada ao objetivo específico: Grelha 15 – **Codificação** – (LDB) 9349/96: artigos 26º. e 36º. - Em relação ao objetivo específico nº 2, 3, 4: **Unidade de registro** - Palavra, item lexical “cultura (s)”/“exigida pelas características regionais e locais [...] da **cultura** [...]”/“as contribuições das diferentes **culturas** [...] ”/“o processo histórico de transformação da sociedade e da **cultura**; Tema: Art. 26º. “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter no uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, **da cultura**, da economia e da clientela. ” /§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes **culturas** e *etnias* para a formação do povo brasileiro, especialmente das *matrizes indígena, africana e europeia*.

Constate-se: a presença dos itens lexicais destacados e que estruturaram as unidades de registro, quando associados ao tema, ou seja, as afirmações a que aludem, mediante o contexto histórico e ainda, a ponderações comuns à redação jurídica, evidenciam-se uma precisão maior do que os itens lexicais já apresentados. Posto que nesse caso, há a ocorrência de uma associação ao item lexical “*etnias*” e também, a “*matrizes indígenas, africanas e europeia*”. Uma vez que tais itens lexicais ampliam de modo significativo à compreensão de instituições educacionais e profissionais com atuação nestas a fim de que se debrucem sobre o reconhecimento de cultural ligando-as as etnias, e não unicamente, ao fenótipo dérmico, o que limitaria os estudos e suas manifestações no currículo a um elemento importante. Contudo, não mais importante do que o aspecto étnico-cultural e os que focalizam a singularidade de suas matrizes.

Notem também, que as expressões estão grafadas no plural o que impõe um olhar sobre a pluralidade de etnias e matrizes culturais indígenas, africanas e ainda inclui a mesma possibilidade à Europa. Posição mais coerente com estudos que visibilizem a nossa igualdade: as singularidades das diferenças dos povos, no mundo. O que contribui para a institucionalizar ações que refutem estranhamentos, xenofobias, preconceitos, racismos, estereótipos pejorativos, sobretudo, a afrodescendentes e a indígenas, etnias mais vitimadas no Brasil, e por sua vez, no currículo, na escola e por ações docentes.

Vale salientar o desenvolvimento de um olhar que louva a diferença como um fenômeno comum a etnias do mundo e, isso precisa incluir o Brasil nessa direção com vistas ao currículo de Língua

Portuguesa<sup>18</sup>. Muito embora, todos os componentes curriculares estão responsabilizados legalmente, em atender os estudos sobre as etnias e matrizes africanas, afrodescendentes e indígenas.

Por fim, põem-se para reflexão também: Grelha 9 – Codificação: Art. 12 - Em relação ao objetivo específico nº 1 **Unidade de registro - Palavra, item lexical: “negro”/“ população Negra”**. **Tema** “Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às **relações étnicas**, aos quilombos e às **questões pertinentes** à população **negra**. ”

É inquestionável a menção ao lugar de instituições em todos os níveis em que o Estado se organiza em assistir as instituições públicas para que dialoguem entre si, à medida que desenvolvam de modo solidário: *o fomento à pesquisa, à pós-graduação, pesquisas e programas de estudo* em respeito a necessidade de entenderem, delimitarem, nortearem os parâmetros a serem adotados através de temas relacionados às relações étnicas, aos quilombos e somente assim, as populações negras. É imprescindível constatar: não se pode manifestar um estudo diligente sobre as relações étnico-raciais, única e exclusivamente, lançando mão de um detido olhar sobre a cor da pele dos africanos. Como também, não se pode olhar demasiadamente para ela sem atentar que a cor não corresponde à raça. Isto porque raça existe apenas uma – a humana. No entanto, é prudente chamar atenção, estudar, refletir, buscar compreender o que caracteriza cada etnia africana, sobretudo aquelas que se fizeram presentes na construção das histórias que forjaram a história do Brasil<sup>19</sup>.

O próprio idioma, sua literatura oral e escrita, as variações de linguagem, os alofones, os “sotaques”, os regionalismos, a infindável construção lexical, sintática, nossos empréstimos linguísticos do banto, do nagô, do yorubá, do tupi, do Guarany teceram este idioma denominado como Língua Portuguesa. São tantos estratos, tantas contribuições que foram se somando à construção de um idioma que sincrônica e diacronicamente, continua a buscar suas identidades, como é de se esperar, pois as mudanças são naturais, tanto quanto o próprio se humano muda com o

---

<sup>18</sup> LDB - Art. 36º I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da **cultura**; [...].

<sup>19</sup> Entretanto, a manifestação espiritual africana não se circunscrevia ao domínio religioso, mas também abrangia outras formas de celebrações e festejos populares. É o caso, por exemplo, dos autos populares dos congos, do bumba meu boi, dos quilombos, e assim por diante, através dos quais os negros reproduzem formas tradicionais africanas adaptadas ao novo ambiente, ou então infundiam a formas culturais estrangeiras um espírito africano, adaptando-as ou reduzindo-as a seu parâmetro cultural. (NASCIMENTO, 2013, p. 124).

tempo e no espaço. Ele o ser humano<sup>20</sup> constrói a cultura, e por ela é construído. E não é pela apreensão do sentido ou do significado de cultura fechado na concepção presa aos símbolos de apenas uma cultura que será possível entender um país quicá seu povo, sempre tão diversos. Assim como se dá mesmo em Lisboa, no Porto, em Coimbra ou em outra cercania lusitana. Pois, se as mudanças são fenômeno comum, impele à formação docente dos que lutam com palavras e textos sua necessidade pelo apoio que vem não apenas dos códigos gráficos ou falados, é mister vislumbrar os universos humanos que lhes são emanados pelas pessoas, etnias e mais, como enredam as culturas.

### Conclusões

Em relação ao objetivo específico nº 1: A análise de dados evidenciou a presença dos itens lexicais: *negro, negros, negra, cultura, cultural* serviram para determinar os recortes frente à constatação de suas recorrências, nos textos componentes do corpus. De modo que o fato de **terem sido assinaladas as frases, mediante aos temas e aos contextos que se filiavam a fim de definir a ocorrência de polissemia**. Esse aspecto foi constatado, visto que as manifestações desses itens lexicais, permitiram definir que nenhum dos manifestos nos textos do corpus, com base nos recortes realizados, e codificados apontaram para uma definição específica sobre nenhum dos itens lexicais. Os significados imprecisos e vagos, permitiu constatar um conflito entre significados e sentidos.

Quanto ao objetivo específico nº 4: As explicações foram inúmeras, seguramente, neste sentido, **o caráter hermenêutico, sob o olhar da ideologia** a que se refere a linha de interpretação, análise de um texto legal, mostrou-se altamente, necessário. Assim, como o uso da *antropologia cultural*, linhas de estudo também, utilizadas para a verificação **dos sentidos que um texto legal representa em relação ao Direito** que ele deve desejar produzir, velar. Nesse sentido, a subversão dos ditames, **dos princípios** consolidados nas cláusulas pétreas da (CF), se mostraram distantes da codificação legal que os textos do corpus assinalaram.

Posto que, constatou-se que procedimentos de interpretação hermenêutica da Constituição Federal do Brasil, subjacente que deve ocorrer à Ideologia do direito. Muito embora, haja a

---

<sup>20</sup> (...) O social “livremente solidário” deve contemplar não apenas o trabalhador assalariado, mas também a massa excluída. Por isso, é necessário que esta representação ampliada do social se apoie no Estado solidário, que, por sua representação ampliada do social se apoie no Estado solidário, que, por sua vez, deve favorecer a participação ativa das redes sociais na constituição da esfera pública e democrática. Dito de outra forma: somos humanos e seres históricos porque vivemos em sociedade, e é em sociedade, na cultura em que nos inserimos, que a solidariedade é gerada. (SEDUC/PE-BC-PE, 2009, p. 20).

confluência de ideologia daqueles que produzem o texto legal, bem como de outros que velam por sua eficácia e aplicação. Desta feita, este estudo demonstrou que não há convergência absoluta, no todo, em relação aos artigos que modificaram a LDB, nos art. 26º e 36º, no tocante à lei 10.639/03 e o Estatuto da Igualdade Racial. A medida que a **ideia de cor**, *os itens lexicais*, que passaram a incorrer na redação do texto legal, de acordo, com a teoria dos Aparelhos de Estado, permitiu que as análises demonstrassem a **subversão não só do significado**. Mas, sobretudo, dos sentidos da busca por direitos sociais, humanos de igualdade. Mas, em direito, essa igualdade, é sobremaneira, relativa.

Já o objetivo nº 5 constatou-se: O problema é o divórcio que se estabelece entre discursos escritos, ou falados potencialmente, distintos. E que sugerem **em face da polissemia** e dos **interdiscursos** a que aludem os textos componentes do corpus, a sugerir, superficialmente, que o Estado brasileiro caminha na direção de uma política discursiva de convivência pacífica entre as diversidades humanas que formaram, que formam a sociedade brasileira. Quando em verdade, os embates que se dão em face das legislações que delinearão esse estudo, demonstram que *a sociedade uma outra forma de “apartheid” social. E estes abismos ideológicos aumentam a distância entre etnias que deveriam compreender a convivência saudável entre Si.*

Por tudo isso, se pode acreditar na necessidade urgente planejar em perspectivar processos de formação continuada, e de formação em nível de graduação e pós-graduação, pesquisa que possam atender a necessidade há tanto procrastinada para que o currículo, a escola, os profissionais da educação, os estudantes, as famílias e a sociedade como um todo se encontre por meio de suas raízes étnico-raciais-culturais e para isso, lugar fundamental tem os estudos de linguagem, dos gêneros da leitura que podem subjetivar-nos.

#### Referências

- ANTUNES, Irlandé. Aula de Português: encontro & interação. 3º ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOURA, Dayse Cabral de (Org.). **Educação e relações raciais em escolas públicas**: o que indicam as pesquisas? Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FANON, FRANTZ. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

GNEER, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. – 4º edição. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. – (Texto Linguagem, p. 05-34).

[GOMES, Nilma Lino] Indagações sobre currículo: diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília. –: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

JÚNIOR, Renato Nogueira dos Santos. **Afrocentricidade: os princípios gerais para um currículo afrocentrado**. Revista África e Africanidades. Ano 3 – n. 11, novembro, 2010 – ISSN 1983-2354. Disponível em: [www.africaeaficanidades.com](http://www.africaeaficanidades.com).

LAIA, Maria Aparecida de; Maria Lúcia da Silveira e Adriana Szmyhiel. (orgs.) **A Universidade e a formação para o Ensino de História e Cultura Africana e Indígena. Desafios e Reflexões**. Série cadernos CONE, São Paulo, 2011 (2011, p. 108-114).

LAPERRIERE, Anne. **Os relatos de cientificidade dos métodos qualitativos**. In: POUPART, Jean, et al. **Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOURA, Dayvison Bandeira de. **Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação**, intitulada: **CURRÍCULO: indagações e reflexões crítico discursivas sobre diversidade étnica e suas relações a partir da lei 10.639/03, 2015**, pela Universidade Americana – UA, Asunción – PY.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa] **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília. –: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MUNANGA, Kebenguele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento**. – 1º ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

SANTOS, Ferraz Carmi; MARIANNE, Márcia Mendonça; CB. Cavalcanti. (org.). **Diversidade Textual: os gêneros na sala de aula**. 1º ed., reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SERRANO, Carlos. **Memória D'África: A temática africana em sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Pernambuco. Secretaria de Educação. **Base Curricular para as Redes Públicas de Ensino de Pernambuco: Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação. – Recife: SE, 2009 (p. 16-38).

PINHEIRO, Hélder. **Pesquisa em Literatura**. / Hélder Pinheiro (org.). 2. Ed. Campina Grande: Bagagem, 2011. (p. 15-55).